



Ministério do Desenvolvimento Regional  
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica  
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Parecer nº 4/2020/CTAL/CNRH

Referência: 59000.031636/2019-64

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

**Assunto:** Proposta de Resolução que " *Prorroga a delegação à Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí para o exercício das funções de competência das Agências de Água nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí*".

## INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de resolução a ser submetida ao Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que " *Prorroga a delegação à Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí para o exercício das funções de competência das Agências de Água nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí*".
2. A proposta contou com análise de mérito da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança - CTOC/CNRH, que conclui favoravelmente à prorrogação da delegação à Agência das Bacias PCJ até 31/12/2035, como se confere no Parecer nº 02/2020/CTOC/CNRH, de 23 de junho de 2020.
3. Tal manifestação foi subsidiada pela Nota Técnica nº 5/2020/CINCS/SAS, de 27 de fevereiro de 2020, da Agência Nacional de Águas, encaminhada por meio do OFÍCIO Nº 26/2020/AA-CD/ANA, em que conclui pela viabilidade da Agência das Bacias PCJ em continuar a exercer as funções de agência de água das bacias PCJ, como entidade delegatária.

## SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E APRECIÇÃO LEGAL

4. Considerando as competências dadas pelo Decreto 10.000/2019 para " *analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas*", a Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL, na sua 3ª Reunião realizada por meio virtual, em 14 de julho de 2020, avaliou a proposta de resolução encaminhada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos.
5. Nessa ocasião, previamente a avaliação da proposta, ocorreu manifestação dos Comitês PCJ, da Agência das Bacias PCJ e da Agência Nacional de Águas. Nas exposições foi demonstrado a boa performance da Agência PCJ na execução de suas funções de entidade delegatária, assim como a viabilidade

financeira para que a delegação se concretize. Conforme já afirmado, a questão técnica e de mérito foram avaliados pela CTOC/CNRH.

6. Passando ao aspecto legal. A matéria se insere na competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos disposto na Lei nº 9.433/97 e no Decreto 10.000/2019 para estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

7. No que se refere a criação das Agências de Água, deve ser solicitada pelo Comitê de Bacia Hidrográfica e autorizada pelo respectivo Conselho de Recursos Hídricos. A viabilidade financeira de uma Agência deve ser assegurada pela cobrança pelo uso de recursos hídricos em sua área de atuação. Enquanto as Agências de Água não estiverem constituídas, os Conselhos de Recursos Hídricos podem delegar, por prazo determinado, o exercício de funções de competência das Agências de Água para organizações sem fins lucrativos, conforme disposto no art. 51 da Lei 9.433/97.

8. Esta norma foi atendida, tendo em vista a solicitação dos Comitês PCJ, por meio do Ofício Comitês PCJ nº 138/2019, de 13 de dezembro de 2019, que encaminhou a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 104/19, de 13 de dezembro de 2019, em que aprova a indicação, ao CNRH, da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para continuar a desempenhar, como entidade Delegatária, as funções de Agência de Água destas bacias por prazo determinado, até 31 de dezembro de 2035.

9. A forma jurídica adotada é igualmente regular e válida. É regimental o uso da Resolução "quando se tratar de deliberação vinculada à competência específica do Conselho".

10. No que tange à redação da proposta, observou-se o disposto no [Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019](#), que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, e ao [Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017](#), que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos.

11. De forma geral o texto apresentado pela CTOC já estava adequado as normas citadas acima. Dado que não são mais admitidos no corpo de atos normativos os considerandos, foi incluído no preâmbulo o seguinte texto: "Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 104, de 13 de dezembro de 2019". Ainda em relação à forma adequou-se a redação do art. 1º para melhor clareza da informação.

12. No que tange a data de início da vigência da resolução, foi alterada de 31 de dezembro de 2020 para 1º de janeiro de 2021.

13. Diante da avaliação e adequações realizadas e,

13.1. Considerando o disposto no [art. 51 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos poderão delegar a organizações sem fins lucrativos relacionadas no art. 47 desta Lei, por prazo determinado, o exercício de funções de competência das Agências de Água, enquanto esses organismos não estiverem constituídos;

13.2. Considerando a Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos

hídricos de domínio da União e dá outras providências;

13.3. Considerando o Parecer nº 02/2020/CTOC/CNRH, que se manifestou favorável à prorrogação, pelo CNRH, da delegação de funções de agência de água das bacias PCJ à Agência das Bacias PCJ, até 31 de dezembro de 2035.

14. A CTAL/CNRH, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução que prorroga a delegação à Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Agência das Bacias PCJ) para o exercício das funções de competência das Agências de Água nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, até 31 de dezembro de 2035, cuja minuta se encontra na sequência deste parecer.

## CONCLUSÃO

15. Ante o exposto, com fundamento na Lei 9.433/1997, na Lei 10.881/2004 e no Decreto 10.000/2019, a CTAL recomenda que a matéria seja incluída na pauta da próxima reunião plenária do CNRH para deliberação.

**RENATO SARAIVA FERREIRA**

Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais  
CTAL/CNRH

## MINUTA

**RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2020**

Prorroga a delegação à  
Fundação Agência das Bacias  
Hidrográficas dos Rios  
Piracicaba, Capivari e Jundiaí  
para o exercício das funções  
de competência das Agências  
de Água nas Bacias  
Hidrográficas dos Rios  
Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, em especial o disposto no seu inciso XVIII do art. 1º, observada a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 104, de 13 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Processo nº 59000.031636/2019-64, resolve:

Art. 1º Prorrogar a delegação à Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Agência das Bacias PCJ) para o exercício das funções de competência das Agências de Água nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, até 31 de dezembro de 2035,

observado o disposto na Lei nº 9.433, de 1997, e na Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO  
Presidente do Conselho

MARCELO PEREIRA BORGES  
Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Renato Saraiva Ferreira, Diretor de Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas**, em 23/07/2020, às 18:35, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1961005** e o código CRC **CE18E36F**.